

21/10/2015

MAPEAMENTO DO CENÁRIO DA CIDADE
SEDE DO I JOGOS MUNDIAIS DOS POVOS
INDÍGENAS

CEDECA GLÓRIA DE IVONE



Palmas, 21 de outubro de 2015 | cedeca

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	2
	METODOLOGIA.....	4
1	BREVE HISTÓRICO DE PALMAS-TO.....	5
2	DADOS DEMOGRÁFICOS E PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO.....	6
3	TRABALHO E RENDA.....	8
3.1	Renda Média e Exclusão da população.....	8
4	SAÚDE.....	10
5	VIOLAÇÃO DE DIREITOS.....	13
5.1	Trabalho Infantil.....	16
5.2	Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa.....	18
6	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	19
7	EDUCAÇÃO.....	27
8	CULTURA.....	30
9	CONSELHO TUTELAR.....	31
10	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	33
11	SEGURANÇA PÚBLICA.....	36
12	SISTEMA DE JUSTIÇA.....	34
13	SERVIÇOS DE SAÚDE.....	37
14	CONCLUSÕES FINAIS.....	40
15	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

O Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente- CEDECA- Glória de Ivone é uma organização não- governamental, de abrangência estadual, fundada em 2007 com a missão de defender de forma intransigente os direitos humanos de crianças e adolescentes. As linhas de intervenção tem sido pautada pela proteção jurídico social, formação política, incidência e advocacy, produção de conhecimento, comunicação e difusão, fortalecimento institucional e estudos e pesquisas. Prioritariamente os temas estratégico de atuação da organização tem sido: justiça juvenil, direitos sexuais e reprodutivos, direito à participação de crianças e adolescentes, direito à comunicação, a partir do enfoque em direitos humanos. A ferramenta metodológica de direcionamento político institucional está ancorada no observatório de direitos humanos- ODH, criado para observar a evolução das situações de ameaças e violações aos direitos humanos de crianças e adolescentes no estado do Tocantins.

Nesta direção, o presente relatório tem como escopo, o diagnóstico da situação de violência sexual do município de Palmas, que foi realizado com o propósito de formular o plano municipal de enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes e o mapeamento da rede local de proteção social de crianças e adolescentes, desenvolvido pelo ODH, no período de 2014 a 2015, no contexto do projeto Farol, patrocinado pela Petrobras.

Este mapeamento realizado pelo ODH, sobre o município de palmas, acena para a ocorrência e prevalência de graves violações aos direitos humanos a crianças e adolescentes, sobretudo, cenário de pobreza, desigualdades social, oferta irregular de políticas públicas, orçamentos públicos centralizados e engessados, conselhos setoriais a margem das decisões políticas de gestão, participação popular negligenciada e desarticulação da rede de atenção. Aliado a estes fatores, verifica-se a inobservância e equívocos da gestão municipal aos marcos legais nacional e internacional de direitos humanos, assim como no reconhecimento das violações existentes no município e nos equívocos na gestão das políticas públicas.

Neste marco, o CEDECA Glória de Ivone, torna público o mapeamento do cenário da cidade, sede do I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, o qual apresenta a situação da infância e da adolescência e da rede de proteção do município de Palmas, notadamente quanto à caracterização socioterritorial, principais violações, retrato dos

conselhos tutelares, da educação, acolhimento institucional, segurança pública, sistema de justiça, assistência social, saúde e outros.

O objetivo deste documento é se constituir como um instrumento de linha de base para que se possa monitorar, avaliar e aferir os cenários atual e pós jogos mundiais , bem como o impacto deste na potencialização das violações aos direitos humanos de crianças e adolescentes. É também, intuito desta publicação, subsidiar a mobilização, a articulação da sociedade civil no manejo da incidência política e ainda, subsidiar o poder público na pactuação de políticas e ações de proteção aos direitos de crianças e adolescentes.

Grandes obras econômicas e megaeventos esportivos têm sido comprovados como fatores propícios ao aumento das violações aos direitos humanos, especialmente no tocante à exploração sexual de crianças e adolescentes. Nos últimos anos o Brasil tem promovido mega eventos, como estratégia para alavancar o crescimento e o desenvolvimento econômico, a despeito de proteger crianças e adolescentes e enfrentar historicamente temas estruturantes, como pobreza e desigualdade social.

Além destas informações, buscou-se localizar e identificar a forma como a infância, adolescência e juventude estão sendo representadas e inseridas no município.

Este trabalho apresenta o conjunto básico de indicadores acerca das características demográficas, econômicas, sociais e da gestão do município de Palmas – TO, entendendo que conhecer as tendências de crescimento da população, a base produtiva, mercado de trabalho e agricultura familiar, os desafios e avanços quanto à questão da pobreza, educação e saúde, assim como a capacidade de financiamento e gestão do município, são fundamentais para se construir o cenários político social deste documento.

METODOLOGIA

O mapeamento, no tocante ao aspecto metodológico, consistiu em um conjunto de técnicas e instrumentais quantitativos e qualitativos, aplicados junto a distintos atores, com o propósito de configurar um quadro sobre o funcionamento das organizações governamentais e não governamentais que integram a rede de proteção social do município de Palmas.

Assim, o mapeamento buscou conhecer o universo dos atendimentos/denúncias das instituições governamentais e não governamentais sobre os serviços prestados, as condições físicas estruturais, os equipamentos de informática, mobiliários, espaço físico, política de recursos humanos, gestão administrativa e política, participação dos conselhos setoriais, articulação intersetorial, escuta dos/as usuários/as e outros.

Os/as adolescentes também foram escutados durante a oficina de formação política realizada pelo Cedeca, no marco do Projeto Farol, onde a partir da construção da Cartografia da Cidade de Palmas, trouxeram seus olhares e percepções sobre a rede de proteção social.

Considerando as vozes dos/as adolescentes este documento, será apresentado legendando cada política pública que simboliza o significado do serviço e do equipamento público para os/as adolescentes as quais foram identificados de forma colorida sendo que a cor verde significa que a instituição/serviço protege os direitos de crianças e adolescentes, a amarela ameaça seus os direitos e por fim, a legenda vermelha, demonstra a violação dos direitos.

O mapeamento foi realizado observando as seguintes etapas: levantamento e escolha dos atores considerados estratégicos no município no que diz respeito à atenção de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, pesquisa quali-quantitativa, pesquisa bibliográfica e documental via internet, por telefone e pesquisa direta na fonte com aplicação de questionário por serviço e equipamento público, entrevistas mediante prévio termo de consentimento, tabulação dos dados quantitativos a partir da construção de planilha para compilação dos dados próprios, com correspondente representação gráfica, análise de conteúdo com as seguintes fases: pré-seleção, exploração do material, tratamento dos dados obtidos e interpretação e produção de relatório final contendo os resultados do mapeamento com análise propositiva a partir dos dados obtidos em cada serviço do município.

Ressalta-se que a pesquisa realizada utilizou-se como principal fonte de coleta de dados o Censo do IBGE de 2010, considerando a escassez de dados secundários atualizados sobre o município o que representou um fator limitador, mas não comprometeu a possibilidade de produção de uma caracterização geral conforme apresentada a seguir.

1. BREVE HISTÓRICO DE PALMAS - TO¹

Com a criação do Tocantins, em outubro de 1988, os cargos referentes aos poderes executivo e legislativo estadual foram instalados no município de Miracema do Tocantins (capital provisória), onde permaneceu até a construção da sede definitiva do Estado. Assim em 20 de maio de 1989 (pouco tempo depois da criação do Estado) foi instalada a capital Palmas, em 1º de janeiro de 1990, entre os municípios de Porto Nacional e Taquaruçu do Porto, a leste do povoado do Canela.

A capital do Tocantins é a última cidade brasileira planejada do século XX nos moldes de Brasília. Possui um planejamento a partir de um plano diretor, onde decorrem as demais avenidas e conexões, porém, possui uma organização político - espacial e social geográfica excludente.

O nome de Palmas foi escolhido em homenagem à Comarca de São João da Palma, sede do primeiro movimento separatista do norte goiano e também pela grande quantidade de palmeiras na região.

Aspectos de Palmas

Localização: região central.

Área: 2.218,943 Km².

População: 228.332 habitantes (2010-IBGE).

População prevista para 2015: 272.726

Aniversário do município: 20 de maio.

¹ Parte do texto sobre o Histórico de Palmas, disponível no sítio do Governo do Estado <http://portal.to.gov.br/tocantins/a-capital/369>. Acesso em 11.11.14.

2. DADOS DEMOGRÁFICOS E PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município é de 0.788, sendo maior que o índice do estado e do país conforme quadro abaixo com o IDHM do município especificando a renda, a longevidade e a educação, comparadas com os índices do estado e do país.

Localidade	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0.727	0.739	0.816	0.637
Tocantins	0.699	0.690	0.793	0.624
Palmas – TO	0.788	0,789	0.827	0,749

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010.

O município de Palmas está localizado na região central do Estado do Tocantins e possui uma extensão territorial de 2.218,943 km². De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população do município era equivalente a 228.332 habitantes, sendo que 221.742 pessoas residiam em área urbana e 6.590 pessoas em área rural. Conforme últimas pesquisas do IBGE, a previsão da população para o ano de 2015 é de 272.726 habitantes.

Com relação à estratificação da população, observando as questões de raça e etnia, segue abaixo um quadro com as descrições:

ETNIA/RAÇA	Número de pessoas
População branca	73.956
População preta	21.354
População amarela	5.997
População parda	126.528
População indígena	495

Fonte: IBGE, Censo 2010. <http://cod.ibge.gov.br/232MB>

Conforme dados acima a população predominante é a negra, considerando que os negros e pardos representam 64 % do total. Ressalta-se que a população indígena município, representa 0,21% da população geral, refletindo que são indígenas não aldeados e geralmente tratam-se daqueles que estão na cidade pelo fato de estarem inseridos no processo de educação superior e em atividades de subemprego.

A tabela abaixo apresenta o número de crianças e adolescentes no município e a estratificação por faixa etária.

Distribuição por faixas etárias	Número de crianças e adolescentes
População de 0 a 4 anos	20.278
População de 5 a 9 anos	19.423
População de 10 a 14 anos	21.100
População de 15 a 19 anos	23.512

Fonte: IBGE, Censo 2010. <http://cod.ibge.gov.br>

A seguir é apresentado o número de crianças e adolescentes do sexo feminino no município.

Distribuição por faixas etárias	Número de crianças e adolescentes
0 a 4 anos	9.916
5 a 9 anos	9.499
10 a 14 anos	10.529
15 a 19 anos	12.371

Fonte: IBGE, Censo 2010. <http://cod.ibge.gov.br/326W>

Sobre o número de crianças e adolescentes do sexo masculino no município, os dados coletados apresentam as informações que se segue.

Distribuição por faixa etária	Número de crianças e adolescentes
0 a 4 anos	10.362
5 a 9 anos	9.924
10 a 14 anos	10.571
15 a 19 anos	11.141

Fonte: IBGE, Censo 2010. <http://cod.ibge.gov.br/326W>

Nota-se que ao analisar a população pelo recorte de gênero, o município apresenta uma diferença nacional, pois no Brasil, há uma predominância na população geral do gênero feminino ainda que nasçam mais mulheres. No entanto, no município de Palmas, nascem mais homens. Nas faixas etárias de 0 a 4 anos e de 10 a 14 anos, a maioria é do gênero masculino e para as outras faixas etárias, há um equilíbrio em percentuais populacional entre os gêneros.

3. TRABALHO E RENDA

3.1. Renda média da população

De acordo com dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), por meio do Atlas de Desenvolvimento Humano 2013, a renda per capita média de Palmas cresceu 143,53% nas últimas duas décadas. No ano de 1991, era de R\$ 446,49, em 2000 R\$ 714,58 e 2010 R\$1.087,35. A taxa média anual de crescimento foi de 60,04% no primeiro período (1991-2000) e 52,17% (2000-2010) no segundo.

Localidade	Renda per capita	Renda per capita, exceto renda nula	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre
Brasil	793.87	800.84	74.32	95.73
Tocantins	586.62	597.07	80.71	65.73
Palmas –TO	1.087,35	1.088, 24	86, 47	163,53

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010.

A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010), em 1991, representava 12,30%, passando para 5,62%, no ano de 2000 e em 2010, figurou como 1,52%.

Segundo o PNUD, a desigualdade diminuiu, conforme o Índice de Gini², pois em 1991, passou de 0,64 para 0,63 em 2000 e no ano de 2010 representou 0,58.

No Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 2010), o município ocupa a 76ª posição. No entanto, a despeito do crescimento da renda média, não se verificou um impacto na redução da desigualdade social.

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 228.332 residentes dos quais 5.473 encontrava-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isto significa evidenciar que 2,4% da população geral, estão em situação de extrema pobreza. Ainda é importante

² Índice Gini é um coeficiente utilizado para medir a desigualdade social. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde **zero** corresponde a uma **completa igualdade** na renda e **um** que corresponde a uma **completa desigualdade** entre as rendas.

assinalar que da população em situação de extrema pobreza, 242 pessoas viviam no meio rural e 5.231 pessoas, no meio urbano.

Localidade	% de extremamente pobres (2010)	% de pobres (2010)	% de vulneráveis à pobreza (2010)	% de crianças extremamente pobres (2010)
Brasil	6.62	15.20	32.56	11.47
Tocantins	10.21	22.15	44.71	14.96
Palmas - TO	1,52	6,91	21,70	2,78

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010

A tabela acima demonstra que a porcentagem de crianças extremamente pobres é maior do que a porcentagem da extrema pobreza da população geral, significando que uma família que ganha em média de R\$70,00 por dia, deverá em média prover o sustento de duas ou mais crianças. Esta renda mensal fracionada por família representa o valor de um real e vinte e cinco centavos por dia. Desta forma, este indicador sinaliza (conforme tabela abaixo) a prevalência de mais de 5 mil pessoas em estado de extrema pobreza e fome, convocando o município para estabelecer com urgência políticas intersetoriais de promoção e desenvolvimento social e humano.

Localidade	Renda per capita média dos extremamente pobres (2010)	Renda per capita média dos pobres (2010)	Renda per capita média dos vulneráveis à pobreza (2010)
Brasil	31.66	75.19	142.72
Tocantins	28.82	72.40	137.04
Palmas	37,54	97,50	171,030

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

Na tabela abaixo, destaca-se que as crianças pobres, extremamente pobres e vulneráveis a pobreza, de acordo com os dados apresentados pelo IBGE, Censo 2010, residem em domicílios dos quais as pessoas não possuem ensino fundamental completo. A leitura mais aprofundada desta realidade, permite visibilizar que a junção de situações de extrema pobreza de crianças e adolescentes e a convivência com pessoas de baixa escolaridade, são fatores que caracterizam a grave violação de direitos humanos.

Localidade	(%) de crianças extremamente pobres	(%) de crianças pobres	(%) vulneráveis a pobreza	% crianças em domicílio em que ninguém tem ensino fundamental completo
Brasil	11.47	26.01	49.41	30.39

Tocantins	14.96	33.04	59.87	30.30
Palmas – TO	2,78	12,15	34,09	13,16

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Observando-se o índice de exclusão social para a cidade de Palmas, publicado no Atlas da Exclusão Social no Brasil (2007), pode-se verificar, através de seus indicadores, que uma de suas maiores carências é a desigualdade de renda entre chefes de famílias, sendo o índice de desigualdade igual a 0,235; a segunda maior carência é no quesito emprego formal com índice de 0,487; seguido então do índice que mensura a participação de jovens até 19 anos na população total que apresenta o índice de 0,561; em seguida o índice de pobreza 0,686; posteriormente o índice de escolaridade que é 0,749; logo após o índice de alfabetização 0,877 e finalmente o índice de violência 0,924. Ambos, juntos formam o Índice de Exclusão Social que apresenta o seguinte número 0,608.

4. SAÚDE

A saúde é um direito universal e fundamental dos seres humanos, firmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e assegurado pela Constituição Federal de 1988, que descreve: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Determina ao poder público, sua regulamentação, fiscalização e controle e que as ações e os serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

No tocante à mortalidade infantil, de acordo com os dados do IBGE, Censo 2010, a taxa de mortalidade infantil, no estado do Tocantins, representou o índice de 16.56. No município de Palmas, a taxa de mortalidade infantil vem diminuindo, de acordo com os Censos de 1991, 2000 e 2010.

Localidade	Mortalidade infantil (1991)	Mortalidade infantil (2000)	Mortalidade infantil (2010)
Brasil	44.68	30.57	16.70
Tocantins	65.65	36.48	16.56
Palmas (TO)	49.60	31.30	12.40

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 1991, 2002 e 2010.

De acordo com a Secretaria Municipal da Saúde, a taxa de mortalidade infantil no ano de 2014 representa 9,65.

A tabela abaixo apresenta a relação dos dados referentes à esperança de vida ao nascer e o IDH (categoria longevidade), considerando os Censos de 1991, 2000 e 2010. Observa-se, um crescimento progressivo da quantidade de anos que as pessoas vivem no município de Palmas.

Localidade	Esperança de vida ao nascer (1991)	Esperança de vida ao nascer (2000)	Esperança de vida ao nascer (2010)	IDHM Longevidade (1991)	IDHM Longevidade (2000)	IDHM Longevidade (2010)
Brasil	64.73	68.61	73.94	0.662	0.727	0.816
Tocantins	60.32	66.28	72.56	0.589	0.688	0.793
Palmas (TO)	63.39	68.80	75.77	0.640	0.730	0.846

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 1991, 2002 e 2010.

Em relação à esperança de vida ao nascer e a taxa de fecundidade, comparando os Censos de 2000 e 2010, os dados revelam que os anos de vida aumentaram e reduziu a taxa de fecundidade, conforme tabela abaixo.

Localidade	Esperança de vida ao nascer (2000)	Esperança de vida ao nascer (2010)	Taxa de fecundidade total (2000)	Taxa de fecundidade total (2010)
Brasil	68.61	73.94	2.37	1.89
Tocantins	66.28	72.56	2.95	2.41
Palmas – TO	68.80	75.77	3.31	2.75

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2000 e 2010.

Quanto ao índice de adolescentes do gênero feminino com filhos, a tabela abaixo demonstra que na faixa etária de 10 a 14 anos, no ano de 2010, não houve registro. No mesmo período, na faixa etária de 15 a 17 anos o índice é de 10.43%.

Comparando com os índices do País e do Estado, para casos de adolescentes com filhos na faixa etária de 15 a 17 anos, os índices do município foram maiores.

Localidade	% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos (1991)	% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos (2000)	% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos (2010)	% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos (1991)	% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos (2000)	% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos (2010)
Brasil	0.23	0.43	0.44	6.00	8.49	6.94
Tocantins	0.38	0.67	0.57	8.55	12.68	10.06
Palmas (TO)	1.09	1.60	0.00	10.26	9.40	10.43

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 1991, 2000 e 2010.

Em relação ao saneamento dos domicílios, os dados abaixo revelam que 96.98% da população possuem água encanada. 90.89% da população possuem domicílios com banheiro e água encanada. Ainda que 95.41% da população possuem coletas de lixo em seus domicílios e 96.44% possuem em seus domicílios energia elétrica.

Localidade	% da população em domicílios com água encanada	% da população em domicílios com banheiro e água encanada	% da população em domicílios com coleta de lixo	% da população em domicílios com energia elétrica
Brasil	92.72	87.16	97.02	98.58
Tocantins	94.33	80.41	94.35	94.74
Palmas –TO	96.98	90.89	95.41	96.44

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010.

É importante ressaltar que as condições de saneamento básico e serviços correlatos do município interferem nas condições de saúde da população.

A tabela abaixo expõe as condições de saneamento e moradia, revelando que 1.55% das pessoas estão em domicílios com abastecimento de água e rede esgoto inadequados e que 3.56% das pessoas estão em domicílio sem energia elétrica. Importa ressaltar que os índices do município são menores que os índices do Estado.

Localidade	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitários inadequados (2000)	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitários inadequados (2010)	% de pessoas em domicílio sem energia elétrica (2000)	% de pessoas em domicílio sem energia elétrica (2010)
Brasil	8.91	6.12	6.54	1.42
Tocantins	19.29	8.07	22.76	5.26
Palmas –TO	22.05	1.55	20.20	3.56

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

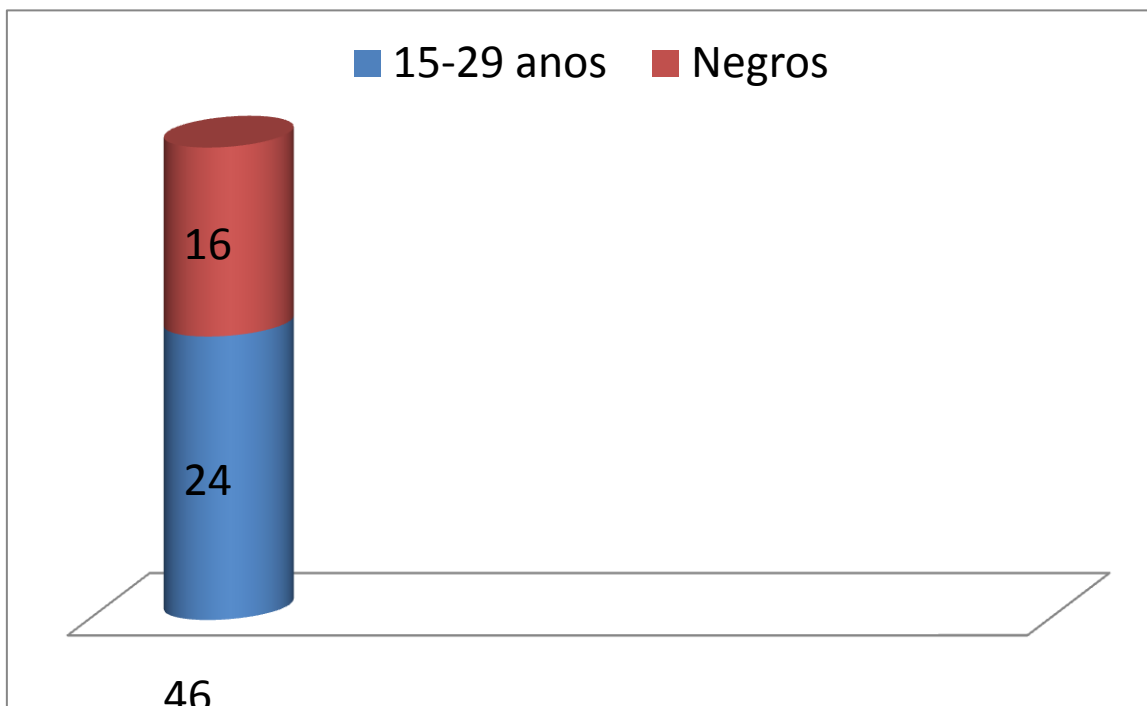
5. VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Os Direitos Fundamentais contidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, garantem à criança e ao adolescente o direito à vida e à saúde; à liberdade, ao respeito e à dignidade; à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer e o direito à profissionalização e a proteção no Trabalho. As ameaças ou violações dos direitos formalmente constituídos ocorrem quando o estado, a família e ou sociedade descumprem os direitos fundamentais assegurados pelo ECA.

Neste documento, serão objeto de observação, as principais violações referentes ao período de 2012 a 2014, ocorridas no território de Palmas.

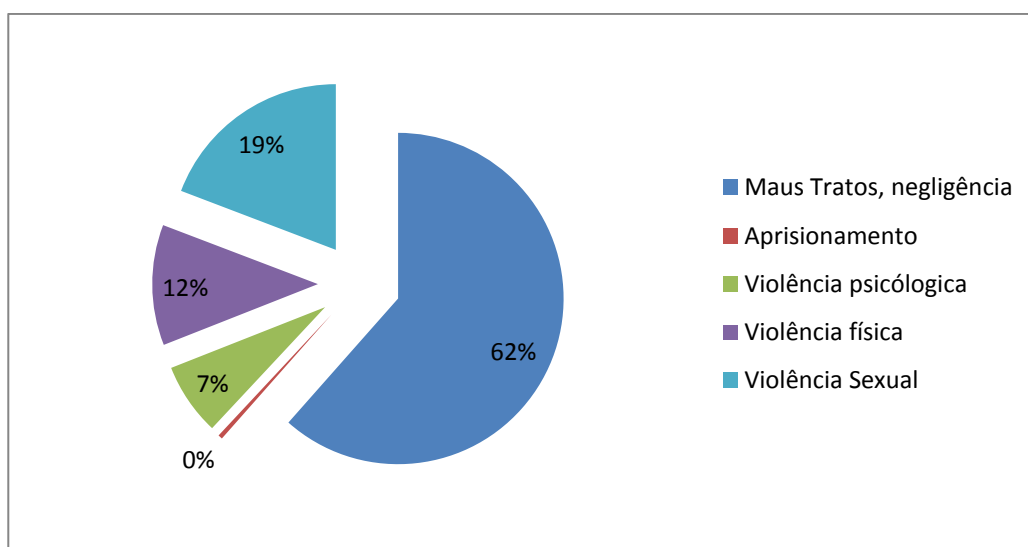
Inicialmente, serão apresentados os dados referentes à violência letal demonstrada no gráfico abaixo. No ano de 2012, foram notificados 46 casos de homicídios, sendo que destes, 24 pessoas estavam na faixa etária entre 15 e 29 anos e que 16 eram negras. Esta

situação aponta que a violência tem sido direcionada para jovens negros.



Fonte: DATASUS, 2012

Conforme relatório do Conselho Tutelar de Palmas, no ano de 2013 foram registrados 1.758 casos de violações aos direitos humanos de crianças e adolescentes. Entre essas violações estão prioritariamente as ameaças, negligências, maus-tratos, abandono, crueldade, infrações administrativas e outras, conforme gráfico abaixo.



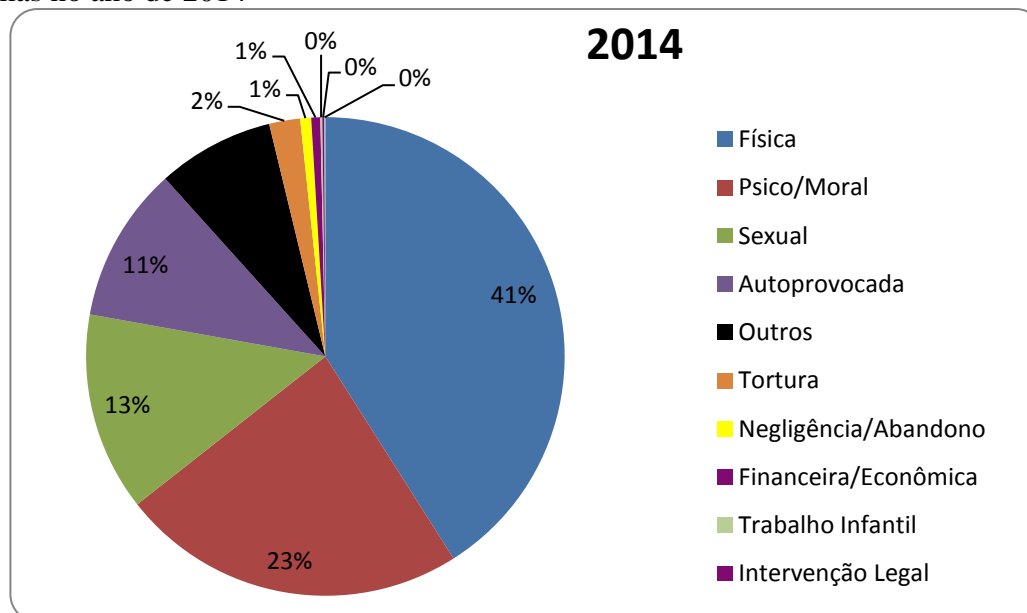
Fonte: Conselho Tutelar, 2013

Vale ressaltar que a violência sexual é a segunda maior violação cometida contra as crianças e adolescentes no município de Palmas. No entanto, o índice de negligência apontado como maior incidência, é um fator de influência no desencadeamento de outros tipos de violências.

Em 2014, o CEDECA- Glória de Ivone realizou um levantamento com os dados disponibilizados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins. Neste estudo foi identificado que a capital Palmas, registrou 58 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo 54 estupros e 4 tentativas de estupros. Em relação ao quantitativo de casos registrados no estado em 2014, o percentual de Palmas corresponde a 18%.

Para fortalecer a análise sobre as violações de direitos, neste mesmo período, a Secretaria da Saúde, mais especificamente a área da técnica das causas externas, disponibilizou os dados a respeito das violências notificadas nos serviços de Saúde. Nas informações demonstradas abaixo, apresentam as formas de violências praticadas em Palmas.

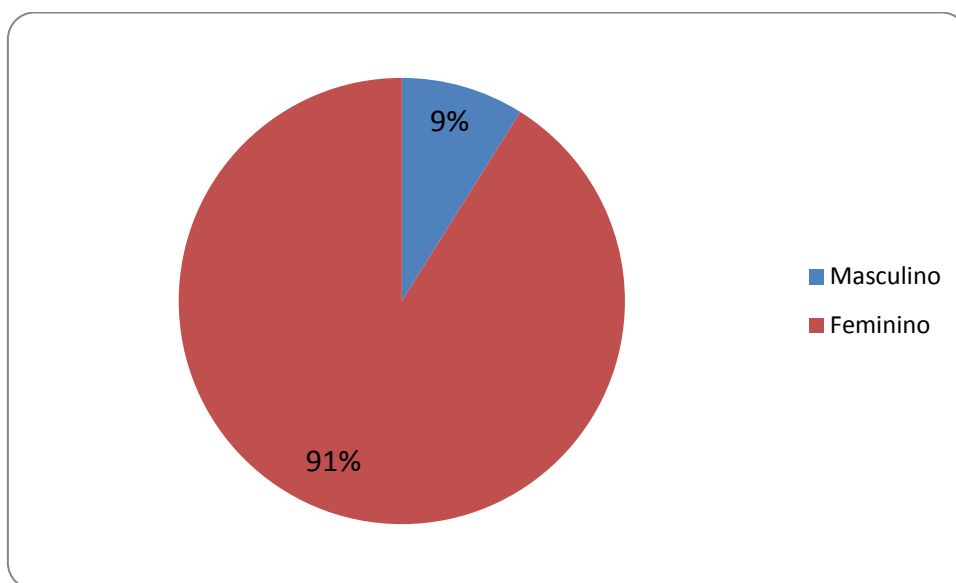
Figura: Distribuição das Notificações de violências por tipo em residentes de Palmas no ano de 2014



Fonte: SINAN, SESAU – PALMAS, 2015

Sendo assim, conforme estes dados no ano de 2014, a violência sexual representou 23% (202 casos em um total de 869 casos) das notificações de violências em termos gerais. Destes casos de violência sexual 9% (18 casos) foram com pessoas do sexo masculino e 91% (184 casos) das notificações foram no sexo feminino (figura abaixo).

Figura : Distribuição das notificações de violência sexual por sexo em residentes de Palmas no ano de 2014

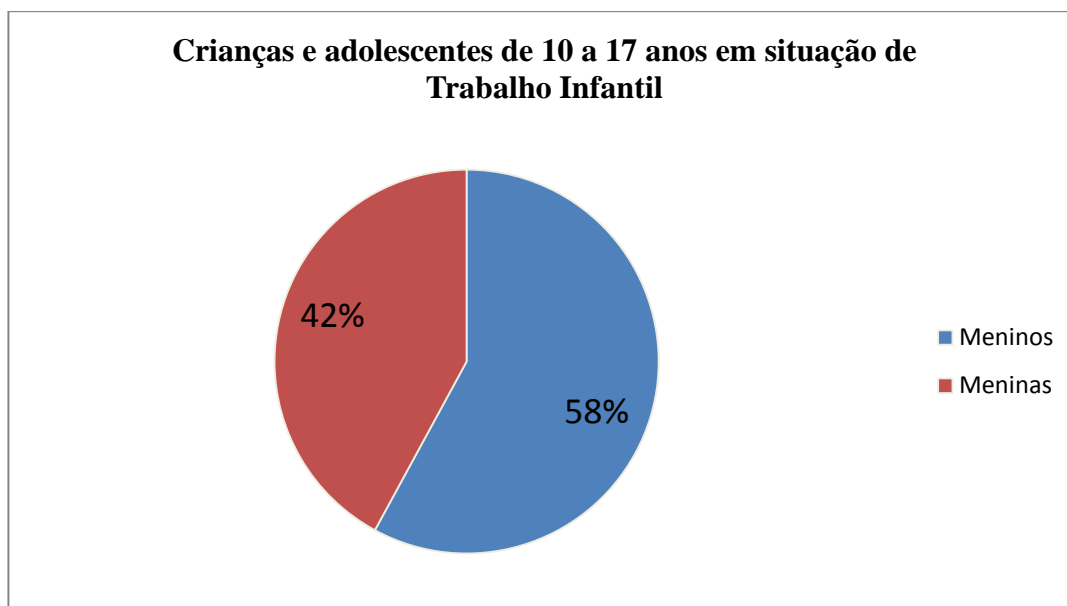


Fonte: SINAN, SESAU – PALMAS, 2015

Ainda referente aos dados da saúde, em relação à idade entre 02 a 12 anos foram notificados 87 casos (43%) e com a idade entre 12 a 18 anos foram 74 casos notificados (36,6%). Portanto, a maioria dos casos se concentra na faixa de 4 a 16 anos.

5.1 Trabalho Infantil

Segundo informações do Censo IBGE 2010, o Tocantins possui 229.980 crianças e adolescentes com idade entre 10 a 17 anos, deste total, 32.652 estão em situação de trabalho infantil. A capital Palmas apresenta um total de 4.452 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e duas crianças e adolescentes) de 10 a 17 anos em situação de trabalho infantil.



Deste número, 1.630 crianças e adolescentes estavam sendo acompanhadas no PETI- Programa Erradicação do Trabalho Infantil, no ano de 2014. Nota-se que há uma discrepância entre os dados identificados pelo IBGE e o PETI, que se correlacionam com a forma de coleta de dados e o ano dos levantamentos. O IBGE realiza visitas em amostras de domicílios, enquanto o PETI presta atendimento a partir de denúncias. Neste sentido, a forma de abordagem do PETI, não dimensiona a situação na sua amplitude e o atendimento não é garantido a todos/as que se encontram situação de trabalho infantil.

Ainda em relação aos dados do IBGE, 2.052 destas crianças e adolescentes estão em situação de trabalho infantil e fora das escolas. Nesta faixa etária de 10 a 17 anos, 20,7% trabalham na área rural, 12,7% na área urbana e 8,1% executam atividades agropecuárias. Em relação à raça das crianças e adolescentes, 5,5% são brancas e 6,1 são preta ou parda.

De acordo com os dados identificados no PETI, foram atendidos pelo programa, 1630 casos no ano de 2014. Tabela abaixo demonstra as características quanto ao gênero destas crianças e adolescentes atendidas.

LOCALIDADE	Nº de Crianças e Adolescentes em situação de Trabalho Infantil sexo feminino	Nº de Crianças e Adolescentes em situação de Trabalho Infantil sexo masculino	Nº TOTAL de Crianças e Adolescentes em situação de Trabalho Infantil

BRASIL	2.065.000	1.342.000	3.406.514*
TOCANTINS	6.291	8.448	14.739
PALMAS	713	917	1.630

Fonte: PETI, 2014

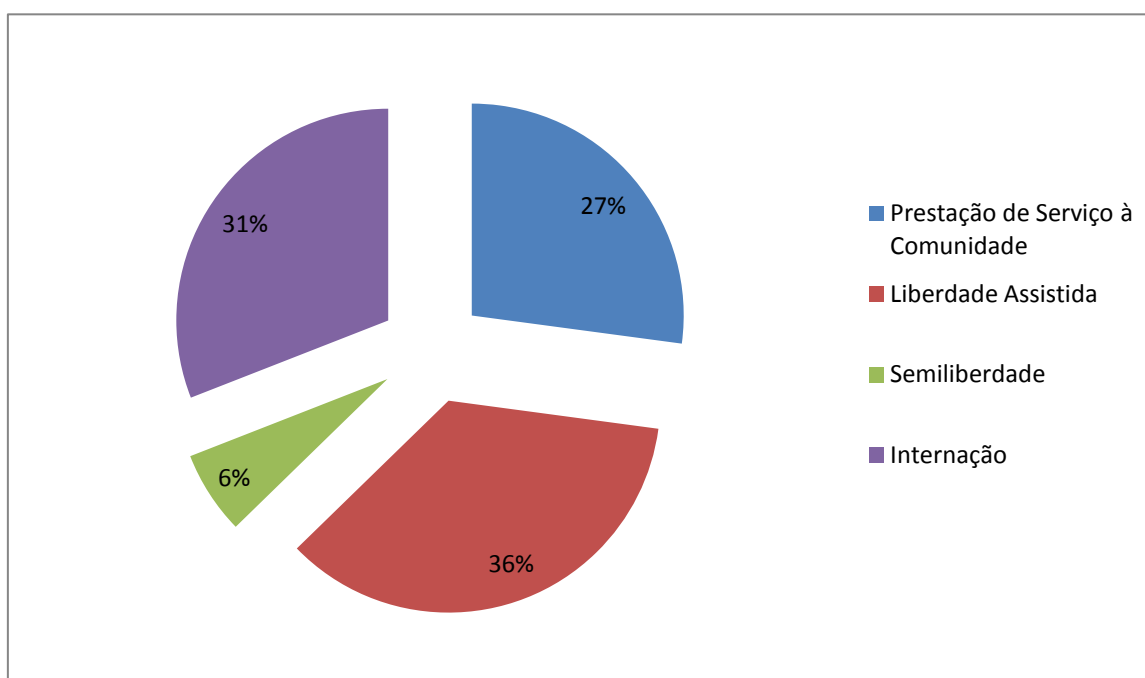
5.2 Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa

Quanto ao cumprimento de medida socioeducativa, segue abaixo tabela demonstrando por período, o número de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa em meio aberto por meio do programa de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida em Palmas.

	2010	2011	2012	2013	2014
Liberdade Assistida	470	393	326	183	168
Prestação de Serviço à Comunidade	118	46	65	39	128

Fonte: Secretaria da Defesa Social, 2014.

A figura abaixo apresenta a porcentagem de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas no ano de 2014, em Palmas.



Fonte: Secretaria da Defesa Social, 2014.

O Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do/a Adolescente – CEDECA Glória de Ivone, organização não governamental da sociedade civil, atuante no monitoramento do sistema socioeducativo do estado do Tocantins com apoio político institucional da Associação Nacional de Centros de Defesa da Criança e do Adolescente-ANCED, identificou por meio de várias visitas realizadas nas unidades de privação de liberdade em Palmas, como o Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE e o Centro de Internação Provisória – CEIP.

Nestas visitas em parcerias com o centro de Direitos Humanos de Palmas, identificou as péssimas condições das instalações físicas, hidráulicas e sanitárias do Case, que são atentatórias à dignidade da pessoa humana, aliadas ao fato de que os/as adolescentes, permanecem longos períodos sem saírem das celas, pela falta de proposta pedagógica, de escolarização e profissionalização. Os/as adolescentes do CASE, estão perdendo o vínculo com a família e com a comunidade, sobretudo, em razão da revista vexatória dos familiares, onde são submetidos a situações humilhantes, degradantes e vexatórias para poderem visitarem seus filhos e filhas.

Desde 2009 o Cedeca vem acionando as autoridades competentes como também dando visibilidade na mídia, a situações como a tortura institucionalizada no Case. Para além destes encaminhamentos a organização tem responsavelmente indicado caminhos e estratégias para que os gestores públicos, possam solucionar estas graves situações de violações aos direitos humanos de adolescentes, que se encontram sob a custódia do estado, no entanto, prevalecem historicamente, as omissões e negligências, sobretudo no tocante à implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE, de estruturação de uma gestão administrativa e executiva competente e eficaz, de instituição de processos de formação do quadro de pessoal e por fim, escutar e considerar as vozes dos/as adolescentes como medida para prevenir a reincidência da prática do ato infracional.

Quem cumpre medida socioeducativa no Case, são pessoas humanas, são adolescentes que se encontram em processo de crescimento e desenvolvimento e como qualquer outro adolescente, vivenciam muitas mudanças psicológicas, físicas, biológicas, portanto, para que possam desenvolver plenamente sua autonomia e protagonismo social

é preciso que se erradiquem práticas truculentas e posturas institucionais violentas e criminalizantes que somente reverberam a violência em nosso estado.

REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

As informações referentes aos serviços que compõem a rede de proteção social foram analisadas de acordo com os seguintes aspectos: capacidade de atendimento, destinação orçamentária, estrutura física, recursos humanos, atendimento político-pedagógico e participação dos adolescentes. Aqui, as políticas que compõem esta rede estão identificadas conforme a visão dos/as adolescentes sobre cada uma.

6. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado. É uma política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais. É realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social deverá de forma integrada às políticas setoriais, garantir o mínimo social e prover condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Em relação à criança e ao adolescente, a LOAS evidencia a preocupação com a população infanto-juvenil definindo como objetivos da assistência social: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e, e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Desta forma, o segmento infante juvenil constitui público alvo da política de assistência social tanto direta, através de programas destinados especificamente a ele, quanto indireta, via programas destinados ao grupo familiar.

a. Programa Bolsa Família e Cadastro Único

Em Palmas o total de famílias inscritas no Cadastro Único em setembro de 2014 era de 29.778 e o número de pessoas cadastrada era de 98.027, conforme especificado no quadro abaixo, considerando a renda *per capita*.

Estimativa De Baixa Renda- Perfil Cadastro Único (Censo 2010)	17.295
Estimativa De Famílias Pobres- Perfil Bolsa Família (Censo 2010)	10.314
Famílias cadastradas	29.778
Famílias com renda <i>per capita</i> mensal de 0,00 até R\$ 77,00	6.922
Famílias com renda <i>per capita</i> mensal entre R\$ 77,01 e R\$154,00	8.527
Famílias com renda <i>per capita</i> mensal entre R\$ 154,01 e ½ SM	9.620
Famílias com renda <i>per capita</i> mensal acima de ½ salário mínimo	4.709
Total de pessoas cadastradas	98.027
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até 77,00	24.310
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre 77,01 até R\$154,00	33.018
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$154,01 e ½ salário mínimo	31.249
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	9.450

Fonte: Brasil: Sagi Relatório de Informações Sociais MDS

Com relação aos equipamentos, equipes e programas/ações da Assistência Social seguem abaixo as informações coletadas durante o mês de setembro de 2014.

Equipamentos/Equipes da Assistência Social		Cadastrados no CADSUAS	Cofinanciados pelo MDS	Confinados em implantação
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS		10	06	0
Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS		01	01	0
Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV)	Beneficiários	Repasse do Mês (R\$)	Repasse Acumulado (R\$)	Referência

Total de Beneficiários Idosos	1.927	1.391.453,85	12.477.500,66	09/2014
Total de Beneficiários PCD	2.238	1.615.149,51	14.239.158,59	09/2014
Total	4.165	3.006.603,36	26.716.659,25	09/2014

Programas/Ações	Beneficiários/Metas		Repasse do Mês	Repasse Acumulado	Referência
PAIF - Serviços de Proteção Social básica à Família	6000	Capacidade de Atendimento das Famílias	R\$ -	R\$ 216.000,00	08/2014
Serviços de Convivência e/ou no domicílio	1000	Capacidade de Crianças e/ou Idosos e suas Famílias	R\$ -	R\$ 150.000,00	08/2014
Total Proteção Social Básica			R\$ 0,00	R\$ 366.000,00	-
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE Humano no Brasil 2013, Censo 2000 e 2010.					
Programas/Ações	Metas/Beneficiários		Repasse do Mês	Repasse Acumulado	Referência
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos.		Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos.	13.000,00	44.000,00	12/2014
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Serviço Especializado em Abordagem Social.	80	Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.	5.000,00		12/2014
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.		Pessoas com deficiência e idosas com dependência, seus cuidadores e familiares.	4.142,00	12.426,90	12/2014

MSE - Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.	80	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias.	4.400,00	13.200,00	12/2014
Plantão Social	-	Atender, em caráter emergencial, as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, orientando, encaminhando e assistindo (concessão de benefícios eventuais) quando necessário.	R\$*		12/2014
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	-	Crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos na prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos	8.300,00		12/2014
Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua	100	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Obs. Em processo de implantação.	13.000,00		12/2014
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE					
Casa Abrigo – Serviço de Acolhimento Institucional.	20	Crianças de ambos os sexos de 0 a 12 anos sob medida protetiva de abrigo.	35.000,00		
Casa de Acolhida – Serviço de Acolhimento Institucional.	20	Adolescentes do sexo masculino de 12 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo.			
Casa de Passagem – Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua.	25	Pessoas adultas do mesmo sexo ou famílias em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou ainda pessoas em trânsito, sem intenção de permanência por longos períodos. Obs. Em processo de implantação.	6.500,00	13.000,00	04/2014

Total Proteção Social Especial				-
Total (Proteção Social Básica + Proteção Social Especial)				

Fonte: Brasil: MDS: Sagi Relatório de Informações Sociais, 2014

A Política de Assistência Social ocorre por meio do Sistema Único de Assistência Social-SUAS tem a finalidade de garantir a proteção social aos cidadãos no enfrentamento suas dificuldades através de projetos, programas, serviços, benefícios. Os serviços do SUAS são organizados em Proteção Básica e Especializada.

- Proteção Básica: são as ações de prevenção aos riscos psicossociais de famílias em situação de vulnerabilidade social, sendo o atendimento ofertado no CRAS.
- Proteção Especial: são serviços especializados às pessoas que tiveram os seus direitos violados, como é o caso de maus tratos e violência sexual. Nestes equipamentos há um trabalho interdisciplinar da psicologia, serviço social, pedagogia e direito que ocorrem no CREAS.

Os serviços apontados acima serão descritos abaixo.

O município de Palmas contava até o final de maio com 10 CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, quando, neste período houve o fechamento de 03 CRAS (Santa Fé, Aurenly IV e 605 Norte) sem o conhecimento do Conselho Municipal de Assistência Social e sem participação dos usuários destes equipamentos. Segundo explicações da gestão, estes equipamentos foram desativados para que fosse realizada uma reforma nos espaços físicos, pois estavam em condições precárias de funcionamento, devendo estes serem reabertos até fevereiro de 2016. No entanto, foi prometido pela gestão municipal durante a Audiência Pública, realizada pelo Ministério Público Estadual, que seria reaberto um dos CRAS, em setembro, porém, esta reativação não ocorreu até o momento.

Em relação às estruturas físicas dos CRAS visitados há uma mescla de espaços alugados e próprios, mas independente da situação do imóvel, em sua maioria apresentam infiltrações e falta de espaço para realizar a recepção dos visitantes e usuários. O mesmo não foi verificado no CRAS da região de Taquaruçu que é um prédio novo, com auditório, sala de equipe, sala da coordenação, sala para os grupo e está situado em frente a um ponto de ônibus.

Avaliando os materiais necessários para desenvolver os serviços, foi observada a falta de material de consumo e de limpeza. Existe apenas computadores para o CadÚnico

e não há equipamento de informática para equipe técnica. O carro é disponibilizado conforme agendamento estabelecido na SEDES para os CRAS, somente dois dias na semana. Diante destas informações, nota-se que existe capacidade para cadastrar mais pessoas nos programas, no entanto, falta estrutura para ofertar os serviços que possibilitarão os usuários superarem o risco de vulnerabilidade psicossocial.

O município realizou concurso público o que viabilizou uma equipe mais adequada em relação ao que é referenciado pelo SUAS, faltando a figura do técnico – orientador. Este técnico deve coordenar os grupos, na falta deles é exigido que a equipe técnica desenvolva esta atividade.

Os profissionais concursados não estabeleceram vínculos com a comunidade, pois continua existindo a prática institucional de alta rotatividade. A explicação por parte da gestão quanto a esta situação é que os profissionais que passaram por este revezamento, foram aqueles que não se adaptaram ao serviço. Os profissionais relatam, no entanto, que a rotatividade deve-se às represálias em razão de questionamentos feitos a gestão. Enfim, estes fatos prejudicam a qualidade dos serviços.

No período do levantamento dos dados para este relatório, verificou-se que os serviços do PAIF e de convivência e fortalecimento de vínculos, não estava sendo realizados. Segundo informações prestadas pelos coordenadores dos CRAS, estavam em fase de planejamento dos grupos etários. Os CRAS não tinham realizado o diagnóstico socioterritorial que identificasse qual a demanda daquela região e o projeto político pedagógico a ser executado.

Vale destacar a falta de uma política de formação aos profissionais que prestam o serviço de proteção básica e especializada.

Quanto ao CREAS- Centro de Referência Especializada de Assistência Social, os usuários reclamam da distância do equipamento das suas residências, pois o mesmo localiza-se na região central. Afirmam ainda que esta distância é um dos motivos da falta de continuidade dos atendimentos. Este serviço possui 01 sala para coordenação, 01 sala para assistentes sociais, 01 sala para psicólogas, 01 sala para o PETI, 01 sala para arquivo e 01 brinquedoteca (doação). Registra-se a falta de material de consumo. É destinado um veículo para o desenvolvimento das atividades.

O CREAS possui uma equipe auxiliar e técnica composta por psicólogos, assistentes sociais, coordenador, pedagogo, o técnico de socioeducação e o auxiliar

administrativo. A equipe técnica reúne-se uma vez por semana, com intuito de discutir os casos atendidos.

Discriminação	CRAS	CREAS
Estrutura Física	07 CRAS em funcionamento, após o fechamento de 03 CRAS. Prédios com infiltrações. Computadores apenas para Cad Único. Falta de Material de consumo e pedagógico Falta de material de limpeza. Carro 2 vezes por semana. Falta de equipamento de informática para equipe técnica. Falta da sala de recepção.	01 CREAS na região central 01 sala da coordenação 01 sala da assistência social 01 sala da Psicologia 01 sala do PETI 01 sala do arquivo 01 brinquedoteca Falta de material de consumo Tem 1 carro
Profissionais	Psicólogo Assistente social Coordenadora Auxiliar administrativo ASG Recepcionista Alta rotatividade dos profissionais	Psicólogos Assistente social Coordenação Técnico de Socioeducação Auxiliar administrativo Pedagogo
Atendimento	Ingerência da SEDES na imposição da padronização da atuação dos CRAS. Inexistência de diagnóstico socioterritorial. Território extenso. Os serviços não estão sendo realizados. Inexistência de capacitação dos profissionais. Média de 900 pessoas atendidas no mês.	Evasão da continuidade dos atendimentos. Reunião de discussão de casos com a equipe. Alta demanda de atendimento Pouca capacitação dos profissionais
Participação dos Adolescentes na Gestão	Não	Não

7. EDUCAÇÃO



Em relação à expectativa de anos de estudo em Palmas, de acordo com o IBGE, Censo 2010, o índice é de 10.35. A expectativa de anos de estudo no município é maior que a taxa do País, que é de 9.54, como também é maior que a taxa do Estado, que é de 9.80.

Quanto aos dados sobre as taxas de escolarização, a tabela abaixo demonstra que na faixa etária de 5 a 6 anos, 91.50 % estão na escola, de 6 a 14 anos, são 98.04 %, de 15 a 17 anos, 87.87 % e de 06 a 17 anos, 95.33 % estão na escola.

Localidade	% de 5 a 6 anos na escola	% de 6 a 14 anos na escola	% de 15 a 17 anos na escola	% de 06 a 17 anos na escola
Brasil	91.12	96.69	83.32	93.19
Tocantins	86.87	97.02	84.66	93.86
Palmas – TO	91.50	98.04	87.87	95.33

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010

Sobre a defasagem idade série, de acordo com o Censo 2010, dos alunos com idade entre 6 e 14 anos que cursam o ensino fundamental, 10.04 %, estão com dois anos ou mais de atraso (taxa menor que a média do país que é 15.90 % e do Estado que é 14.57%) e, 14.32 % estão no ensino básico com dois anos ou mais de atraso.

Os dados apontam ainda que 24.73 % de 15 a 17 anos estão cursando o ensino fundamental (menor que a média do país que é 27.11 % e do Estado que é 29.34 %), 2.40%, de 14 a 18 anos estão no ensino médio e, 6.63% com idade entre 18 a 24 anos estão no ensino médio.

Localidade	% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso	% de 6 a 17 anos no básico com 2 anos ou mais de atraso	% de 15 a 17 anos no fundamental	% de 18 a 24 anos no fundamental	% de 18 a 24 anos no médio
Brasil	15.90	19.59	27.11	3.41	68.90

Tocantins	14.57	18.80	29.34	3.75	8.40
Palmas –TO	10.04	14.32	24.73	2.40	6.63

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Censo 2010

O município de Palmas possui 28 Centros Municipais de Ensino Infantil, os quais não garantem o acesso à pré-escola e educação infantil de todas as crianças de 0 a 6 anos. Esta afirmação está sustentada nos dados disponibilizados pelo CAOPIJ, onde informam que aproximadamente 7.000 crianças estão fora da escola nesta fase.

Os CMEIS possui um quadro de pessoal integrado pelos monitores, orientador educacional e coordenador pedagógico. As salas possuem brinquedos e refrigeração.

O município possui 44 escolas municipais, sendo que destas, 04 são de Tempo Integral Padrão e 12 de Tempo Integral Adaptada. Vale ressaltar que as escolas de tempo integral padrão possuem salas de aulas, refeitórios, auditórios e piscinas. No entanto, as adaptadas são escolas com estrutura física de escola de tempo parcial, porém, as crianças permanecem o período diurno. Observa-se que escolas com esta estrutura configuram-se mais como estabelecimentos fechados do que educacionais.

No período do levantamento de dados, as escolas contavam com os recursos humanos formados por professores, orientadores educacionais, supervisores educacionais, coordenadores pedagógicos e monitores em todas as escolas. Ocorre que no final do mês de junho, reduziu-se a quantidade de monitores e orientadores educacionais lotados nas escolas, sobrecarregando os professores, interferindo assim, no processo de ensino- aprendizagem.

A média de professores por alunos das escolas municipais nos níveis de educação infantil e fundamental, no ano de 2012 consta da tabela abaixo.

Nível	Discentes	Docentes	Média de alunos por professores
Ensino Infantil	4.044	217	18,6
Ensino Fundamental	21.394	866	24.70

Fonte: IBGE, 2012

Nota-se que a quantidade de crianças inseridas na educação infantil, em relação ao número de professores, estava desproporcional, considerando a especificidade do trabalho, onde as meninas e meninos possuem autonomia limitada.

O ensino fundamental tem o intuito de desenvolver as seguintes habilidades, de acordo com o art. 32 da LDB:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Considerando o indicador do IDEB, o qual avalia a qualidade do ensino fundamental, referentes ao 4º e 5º ano, é 5,8, o que é maior que a média do Brasil, porém esta média diminuiu no fim do ensino fundamental, que equivale a 4,9.

Em relação ao atendimento, verificou-se a dificuldade para estabelecer parcerias com a Rede de Proteção com o intuito de desenvolver outras habilidades, além da escolarização. A única parceria citada foi em relação à saúde. Constatou-se ainda a dificuldade que os professores têm para identificar algum tipo de violação às crianças e adolescentes e demandam a capacitação para lidar com a problemática.

Quanto ao tema sexualidade, a escola aborda este assunto somente por meio da disciplina de ciências ou biologia, quando estudam as diferenças do corpo, do gênero masculino e feminino, métodos contraceptivos. Sobre este assunto, uma orientadora educacional relatou que:

“(...) É muito difícil trabalhar este assunto na escola! Aqui, as famílias são muito conservadoras. Houve uma vez que entregamos uma cartilha sobre adolescência, e nem era aquela cartilha (se referia a uma cartilha da educação de nível nacional que abordava assuntos como homossexualidade, masturbação). No dia seguinte, tinha vários pais querendo falar comigo. Eles questionavam como a escola entregava este material para os seus filhos, que iriam processar a escola... Tudo isto, por que na cartilha falava sobre sexualidade e tinha a foto de um desenho dos órgãos genitais femininos e masculino para explicar as partes do corpo”. (sic)

Quanto ao tema de ideologia de gênero, os profissionais da educação apresentam despreparo para a abordagem em razão dos mitos e preconceitos cristalizados, bem como, pela inexistência de normativas orientadoras, haja vista, a não aprovação deste assunto no Plano Municipal de Direitos Humanos e Educação.

No tocante à participação dos adolescentes na gestão da escola, observa-se que esta se encontra fragilizada, pois os grêmios estão enfraquecidos e desestruturados.

Discriminação	Características
Estrutura Física	44 escolas Municipais. 04 Escolas de Tempo Integral Padrão. 12 Escolas de Tempo Integral Adaptadas.
Profissionais	Professores. Orientadores Educacionais. Orientador Pedagógico. Monitores.
Funcionamento	Segunda a Sexta-feira 07:30 às 17:30 hs
Atendimento	Dificuldades de estabelecer a rede e parcerias. Os professores têm dificuldades de identificar a violação e poder acompanhar. Em caso de alguma violação, os orientadores desenvolvem um trabalho de orientação aos familiares. Capacitação mensal com temas centralizadores.
Participação dos Adolescentes na Gestão	Grêmios enfraquecidos e desestruturados. Não existe outra forma de escuta dos adolescentes Dificuldade de apoio às ações de protagonismo juvenil

8. CULTURA

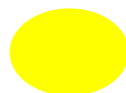
De acordo com os dados colhidos na Fundação Cultural de Palmas, há 03 Pontos de Cultura, descentralizados que oferecem atividades vinculadas às artes cênicas, visuais e musicais (coral e instrumentalização). Estas atividades estão disponíveis para crianças e adolescentes entre 07 e 17 anos.

A tabela abaixo dá a localização destes pontos de cultura e a quantidade de crianças e adolescentes vinculados.

Pontos de Culturas	Quantidade de Crianças e Adolescentes
Centro Juvenil Salesiano (Sul)	780
Artefato (Norte)	360
Taquaruçu- na Biblioteca	280

Fonte: Fundação Cultural de Palmas, 2015.

9. CONSELHO TUTELAR



Segundo o ECA art. 131, o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL,1990).

Palmas possui quatro Conselhos Tutelares- CT, um localizado na região norte, outro no centro e dois na região sul. Todos os conselhos funcionam em prédios alugados. Essa situação fragiliza o Conselho Tutelar, pois, a comunidade fica à mercê do gestor municipal que a partir da sua discricionariedade, poderá alterar a qualquer tempo os locais de funcionamento.

Os espaços físicos alugados não apresentam uma estrutura que possibilite a privacidade dos atendimentos realizados, uma vez que na maioria dos Conselhos, este procedimento é realizado na mesma sala, onde há vários conselheiros. Somente o Conselho Tutelar Sul II que apresenta uma sala de atendimento específica.

Os conselhos tutelares possuem um carro, com combustível e motorista para atender as atividades realizadas. Quanto aos materiais de consumo, em regra, são satisfatórios, salvo, em períodos nos quais houve roubos aos materiais espaço físico.

Os conselhos tutelares possuem acesso à internet e ao sistema e-proc. Cada conselho tutelar estava funcionando com 05 conselheiros, uma recepcionista e motorista que trabalham em regime de plantão. As deliberações dos conselheiros ocorrem de forma colegiada e há uma coordenação geral dos conselhos.

Cada conselho é responsável por uma média 55 quadras. Esta situação tem sido motivadora da falta de qualidade na prestação de serviços, bem como da impossibilidade de cobertura de todo território. Para ilustrar os apontamentos acima, registra-se o que verbalizou uma conselheira:

“A gente não consegue fazer! A demanda é muito alta! Hoje mesmo estou sem almoçar até agora (era cerca de 16 horas), porque não tive como sair daqui ainda resolvendo as coisas.(...)As denúncias chegam, nós fazemos as visitas e encaminhamos. Nós não ficamos sabendo depois o que aconteceu, é uma falha nossa”(sic).

Os Conselhos Tutelares atendem uma média de 5.200 casos por ano. No entanto, não possuem organização e informatização interna para sistematizar a quantidade de atendimento que são realizados.

A avaliação dos outros serviços da Rede de Proteção sobre atuação do Conselho Tutelar é de descrédito. Relatam que encaminham os casos ao Conselho Tutelar apenas para cumprir o ECA, e não por entenderem que o mesmo se faz necessário para garantir a proteção de crianças e adolescentes, conforme o depoimento de um membro da Rede de Proteção que ilustra o estrangulamento das relações institucionais.

“Se você quiser que o Conselho Tutelar verifique a situação encaminhada ainda neste ano tem que mandar até outubro, se enviar depois pode aguardar para o próximo ano alguma ação” (sic).

Por outro lado, constatou-se equívocos da Rede de Proteção quanto as competências do Conselho Tutelar, atribuindo-os uma ação policialisca.

Não há uma relação de aproximação e confiança entre os conselheiros tutelares e os adolescentes. Na visão dos adolescentes, este espaço é mais de repressão, punição e de pouca proteção.

No aspecto da formação para o exercício da função, a mesma é promovida somente pela Escola de Conselhos/ UNITINS, sendo que a última formação ocorreu em 2012.

Discriminação	Características
Estrutura Física	04 conselhos em prédios alugados. 03 computadores para cada conselho. Pouco material de consumo. Internet e acesso ao Sistema E-proc. Têm carros. Falta de salas de atendimento.
Quadro Pessoal	20 conselheiros/as 04 recepcionistas Motoristas
Funcionamento	Segunda a sexta - 08 as 18 hs Plantão domiciliar

Atendimento	<p>Falta do acompanhamento dos casos.</p> <p>Falta de retorno das requisições expedidas.</p> <p>Território extenso.</p> <p>Descrédito da Rede de Proteção sobre atuação do Conselho Tutelar.</p> <p>Equívoco da visão da Rede de Proteção sobre as atribuições do Conselho Tutelar.</p> <p>Capacitação é realizada apenas pela Escola de Conselhos, sendo realizada a última no ano de 2012.</p> <p>Média de 1300 casos atendidos por ano.</p> <p>Os conselheiros realizam palestras nas escolas e fiscalização nos equipamentos.</p>
Participação dos Adolescentes	Não

10. Acolhimento Institucional

Existem duas unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes administradas pelo executivo municipal. Há outras duas casas de acolhimento vinculadas às entidades religiosas.

Demonstra-se abaixo, as principais características destes equipamentos.

Equipamento	Administração	Capacidade	Faixa- Etária
Casa Abrigo- Raio de Sol	Município	20	0-12 anos
Casa Acolhida	Município	20	12-18 anos incompletos
Menina dos Olhos de Deus	Associação Igreja Nova Aliança	10	07-17 anos
Sementinhas do Amor de Deus	Comunidade Semente do Verbo	18	0-18 anos

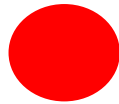
Os programas de acolhimento institucional não possuem projeto pedagógico nem o plano individual de atendimento. Os trabalhadores iniciam a prestação de serviço sem a devida capacitação para o manejo com crianças e adolescentes.

No sentido de ilustrar a situação dos acolhimentos institucionais, destacou-se como referência a Casa Abrigo Raio de Sol, tendo em vista que os desafios são semelhantes aos demais acolhimentos institucionais. A Casa Abrigo Raio de Sol funciona em um espaço físico alugado e possui uma sala de atendimento psicológico, sala da equipe técnica, sala de estar, cozinha, sala de estudos, banheiro, 4 quartos e uma área externa. Não havia identificação do equipamento. Não há veículo destinado para atender exclusivamente a casa.

A instituição dispõe de uma coordenadora, 03 psicólogas, 02 assistentes sociais, pedagogas e socioeducadoras que trabalham em regime de plantão.

Os atendimentos psicológicos ocorrem por meio de uma parceria com o Serviço de Psicologia da Ulbra e em casos de violência sexual, com o SAVIS. O acolhimento institucional apresenta dificuldade em matricular as crianças nas escolas, uma vez que as instituições educacionais denominam as crianças que estão em situação de abrigo como “problemáticas”. Ressalta-se que esta construção de realidade para estas crianças dificultam o processo de desenvolvimento e inviabilizam o direito à educação das mesmas.

11. Segurança Pública



A Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente- DPCA é um serviço especializado da polícia civil. De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal, a Polícia Civil tem objetivo de investigar e instalar um inquérito policial após ocorrer um crime ou contravenção penal.

A DPCA funciona no Centro Integrado de Apoio à Criança e Adolescente- CIACA, onde funciona também o Ministério Público, as Delegacias Especializadas e o Juizado da Infância e Juventude. Anteriormente, estavam instalados neste mesmo espaço físico o Conselho Tutelar e Defensoria Pública. O CIACA funciona em um prédio alugado.

Vale ressaltar que à época da coleta de dados, a delegada da DPCA respondia interinamente pelas duas delegacias.

O espaço físico da DPCA consiste em duas salas. Na primeira é realizada a recepção das pessoas e a coleta do depoimento. A segunda é ocupada pela titular da Delegacia. Verifica-se neste cenário, a constatação da violência institucional.

Na DPCA predominam a falta de material de consumo e de expediente. O veículo encontra-se sem condições de uso, impossibilitando instauração e/ou conclusão dos inquéritos policiais. Verificou-se que a DPCA vêm notificando formalmente a Secretaria da Segurança Pública sobre o atendimento precarizado que está sendo prestado aos usuários.

No Instituto Médico Legal- IML, um serviço ligado à Delegacia de Polícia, o acesso principal do serviço é único, tanto para pessoa que sofreu a violência, quanto àquela que está reconhecendo o corpo. Ambas transitam em recepção conjunta.

Além do acesso conjunto, outras situações foram identificadas como violência institucional: desequilíbrio na quantidade de profissionais dos gêneros masculinos e femininos e o atendimento pautado pelo respeito dos Direitos Humanos.

Discriminação	IML	DPCA
Estrutura Física	Entrada coletiva Poucos instrumentos técnicos para avaliação psicossociais Salas que não garantem a privacidade Dispõe de carro	Carro- sem condições de uso Prédio alugado Falta de material de consumo Poucos instrumentos técnicos para avaliação social Espaço junto ao DECA Salas que não garantem a privacidade
Profissionais	Médico Legista Psicólogo Assistente Social Policiais Civis Atendentes	1 Delegada 2 Assistentes Sociais 02 Escrivães
Atendimento	Falta de atendimento especializado para criança e adolescente Há orientação sobre os exames de corpo delito e conjunção carnal, quando as pessoas que sofreram a violência apresentam dificuldades para realizá-los. Geralmente, quando é adolescente e precisam realizar este exame com médico do gênero masculino, desistem de fazer o procedimento. Não tem registro da média de atendimentos	B.O e T.C.O estão sendo realizados Reduzida a capacidade de conclusão de investigação policial Não tem registro da média de atendimentos

Participação dos adolescentes na Gestão	Não	Não
---	-----	-----

12. Sistema de Justiça

O **Ministério Público** é uma instituição responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Este órgão atua a partir das atribuições, as quais estão descritas no artigo 129, da Constituição Federal e no artigo 201 do ECA.

Como já mencionado anteriormente o Ministério Público funciona no CIACA. Possui 2 Promotorias da Infância e Juventude, sendo que uma com atribuição de proteção integral e outra de apuração do ato infracional. Os crimes cometidos contra a criança e o adolescente são de competência das 5 Promotorias Criminais. Este aspecto se coloca como obstáculo à consolidação do direito ao acesso à justiça pelas crianças e adolescentes, sobretudo pela morosidade dos processos que envolvem crianças e adolescentes em situação de crimes sexuais.

A **Defensoria Pública** tem a missão de promover a orientação e assistência jurídica gratuita, nas diversas áreas do direito, para as pessoas que não possuem condições financeiras para pagar os honorários advocatícios e custas judiciais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família. Atualmente, funciona na mesma quadra do CIACA, mas em prédios diferentes. Este espaço conta com uma sala para o defensor público, cozinha, brinquedoteca, uma sala para equipe técnica e uma recepção.

A Defensoria da Infância e Juventude, conta com um Defensor Público substituto, 01 assistente social, 02 analistas em direito e um recepcionista. O NUDECA- Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, está sendo reestruturado.

Discriminação	Ministério Público	Defensoria Pública
Estrutura Física	Espaço físico no CIACA	Prédio alugado na 504 sul 1 sala do Defensor Público Cozinha

		Brinquedoteca 1 sala da equipe recepção
Profissionais	2 Promotorias da Infância e Juventude 4 Promotorias Criminais	1 Defensor Público-substituto Assistente Social Analista em Direito Recepcionista
Atendimentos	Burocratização Atendimento inicial ineficiente Não há atendimento especializado de apuração de crime contra criança e adolescente	Têm garantido o acesso à Justiça aos adolescentes em conflito com a lei Reestruturando o NUDECA
Participação dos Adolescentes na Gestão	Não	Não

13. Saúde



Os serviços de saúde, a fim de promover a saúde dividem-se nos seguintes eixos: atenção básica e atenção especializada:

- atenção básica: são ações de prevenção de doenças ou agravos, a partir de levantamentos da vigilância epidemiológica. Estas ações ocorrem nas Unidades Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família (apoio interdisciplinar às equipes da estratégia da saúde da família). Por estes serviços terem o intuito de prevenir, os serviços estão espalhados em menores regiões de forma que possa ser construído vínculo entre as pessoas;

- atenção especializada: após o sujeito ter contraído alguma doença ou ter sido acometido por agravos, este é encaminhado aos serviços especializados para restabelecer a integridade do ser humano. Ex: Hospitais, CAPS- Centro de Atenção Psicossocial- CAPS.

No município de Palmas será descrito os serviços das Unidades da Saúde da Família- USF's e o Serviço Especializado de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual- SAVIS.

Na Capital, há 33 USF's com estruturas diferentes, sendo que a maioria possui sala de atendimento individual para as especialidades. Devido a uma parceria com a Residência Multiprofissional em Saúde da Família, foram implantados os NASF's-

Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Desta maneira, os psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, nutricionistas e terapeutas ocupacionais que são oriundos desta parceria, encontram-se prestando apoio a Estratégia Saúde da Família- ESF. Observa-se que o município tem desvirtuado o trabalho do NASF, pela falta de equipe para prestar a devida atenção básica. Além dos profissionais da Residência, possuem médicos, enfermeiros, dentistas (os quais compõem também a equipe da residência), ASG e os agentes comunitários.

Estas USF's em alguns momentos sofrem pela falta de material de consumo e de medicamento. Os profissionais relatam também que geralmente sabem lidar com a demanda que surge para atendimento, devido as capacitações que receberam de forma presencialmente e a distancia, no entanto frente aos casos de violência sexual, ficam emocionalmente paralisados, e na sua maioria não tem conhecimento do serviço especializado de referência. Estas equipes relatam também que tem sido informado dos casos de violência sofrida, quanto auto- provocada através de um monitoramento da vigilância epidemiológica do município para garantir o acompanhamento daquele caso na comunidade, além do atendimento especializado.

Quanto ao SAVIS, relatam que já ocorre uma incidência das pessoas atuantes da linha de cuidado que requisitava o serviço, mas foi necessária uma ocorrência com uma pessoa de poder aquisitivo alto ter sofrido uma violência sexual e não ser atendida de forma digna na rede pública devido ao horário da ocorrência do fato. Tal fato ensejou a publicação de Portaria para instituir o serviço.

O SAVIS funciona no Hospital Maternidade Dona Regina. Segundo a coordenadora e a equipe, todo o hospital recebeu capacitação a fim de garantir o atendimento e a privacidade da pessoa que se encontra nesta situação. No entendimento deles esta ação minimizou o constrangimento às estas pessoas. Este serviço possui um espaço físico com uma recepção, computador, televisão e uma sala de atendimento multiprofissional. Existe um projeto de ampliação do espaço por haver uma proposta de realização da coleta de vestígios.

A equipe multiprofissional possui psicólogos, assistentes sociais, médico, enfermeiro, auxiliar administrativo e farmacêutico. Os profissionais desenvolvem atividade de acolhimento e acompanhamento psicossocial o que ocorre mensalmente, a profilaxia- medicamentos para proteção de DST's, o aborto previsto por lei e capacitação da rede de atendimento. A profilaxia é um conjunto de medicamento que deve ser tomado

no prazo de 28 dias e necessitando de retestes. Houve relatos episódicos de falta de um dos medicamentos que compõem o kit.

Discriminação	SAVIS	USF
Estrutura Física	1recepção 1 Sala de Atendimento Multiprofissional 1 Computador Relatos episódicos da falta de medicamento referente à profilaxia	33 unidades da saúde da Família com estruturas diferentes, possui salas para atendimentos individuais. Falta de medicamentos e material de consumo.
Profissionais	Farmacêutico, Psicólogos, assistentes sociais, médico, enfermeiro, auxiliar administrativo.	Terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, nutricionista, Psicólogos, assistentes sociais, médico, enfermeiro, dentista, auxiliar administrativo, agentes comunitários.
Atendimento	Profilaxia Aborto Previsto em Lei Acompanhamento psicossocial Capacitação da Rede 30 atendimentos mensais 25 casos de urgência por mês	Os profissionais não sabem o que fazer, quando chegam casos de violência sexual.
Participação dos Adolescentes na Gestão	Não	Não

CONCLUSÕES FINAIS

O Mapeamento do Cenário do município de Palmas demonstra claramente a importância de se estabelecer uma agenda política intersetorial que promova a superação da pobreza e desigualdade social, com enfoque nos direitos humanos cujos efeitos afirmativos incidam nas pessoas negras, crianças, adolescentes e jovens.

A gestão municipal, ao contrário de consolidar direitos preconizados pelo marco legal, tem adotado uma linha reducionista na oferta das políticas públicas. A lógica da administração pública está ancorada nos pressupostos do mercado e do sistema capitalista privilegiando as privatizações e terceirização dos serviços públicos, especulação imobiliária, aumento de impostos, instituindo a meritocracia como forma de premiação. É neste contexto neoliberal, que se inserem os jogos mundiais dos povos indígenas.

Neste sentido, a preocupação dos defensores de direitos humanos tem sido também, no âmbito aos jogos mundiais, no tocante à ampla concentração de turistas e desportistas estrangeiros numa cidade que flagrantemente não estruturou os serviços essenciais de proteção a crianças e adolescentes. É de conhecimento público que a divulgação deste mega evento mundial, foi intensificado notadamente nos países estrangeiros e que concomitantemente, não se deu visibilidade ao rigor das normas e legislações brasileira quanto à criminalização da exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive as indígenas.

Aliados a esta situação importa destacar a incipiente rede de saúde para identificar e tratar a possível ocorrência de doenças infecto - contagiosas, em decorrência da grande mobilidade dos participantes oriundos de diversos países. Percebe-se que não há uma estratégia nacional de identificação destes casos, vindo os mesmos desembocarem em Palmas.

Paradoxalmente, em detrimento das subumanas condições em que vivem a população indígena por falta de saneamento básico, de educação, de saúde e, sobretudo pelos conflitos de terras em função da expansão do agronegócio, recursos financeiros na ordem de 160 milhões, estão sendo gastos na organização dos jogos indígenas, que sequer representa um momento de dar visibilidade e voz às violações e privações a que estão submetidos as nações indígenas do mundo inteiro.

Diante dos dados levantados, observou-se uma desarticulação e estrangulamento da Rede de Proteção Social, ocasionada por diversos fatores dentre eles, a falta de política

de formação continuada e permanente, estrutura de funcionamento dos serviços deficitária, baixo investimento orçamentário/financeiro nos equipamentos e serviços, escassez de canais de escuta pública dos usuários, baixa visibilidade e difusão dos serviços públicos para a comunidade, inexistência de projetos políticos pedagógicos que orientam a intervenção técnica e metodológica dos serviços.

Mediante esta conjuntura, destaca-se algumas recomendações a fim de que esta Rede se fortaleça e se estruture, garantindo melhores serviços à comunidade Palmense:

- Criação de um espaço de escuta dos usuários dos serviços;
- Estruturação e estabelecimento de uma comunicação fluída entre os atores da Rede de Proteção;
- Estabelecimento de uma Política de Formação Continuada e Permanente com ênfase nos direitos humanos;
- Aporte de recursos financeiros imediatos para suprir a demanda dos serviços e equipamentos públicos;
- Divulgação e disseminação dos serviços e dos equipamentos existentes na comunidade;
- Estabelecimento de canais de denúncias
- Monitoramento e avaliação das situações de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes;
- Aprovação e execução, inclusive com previsão orçamentária do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Palmas;
- Promoção de uma cultura de intolerância à violência contra crianças e adolescentes com destaque para as indígenas.
- Asseguramento de políticas públicas que garantam a integridade física, mental, cultural, social e política das comunidades indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, 1993.

Censo Demográfico, 2010.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Básica, 2010.

BRASIL. **Promoção da saúde e prevenção de risco e doenças na saúde suplementar:** manual técnico. Rio de Janeiro: ANS, 2007.

SÍTIO DE PESQUISA

<http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta/>. Acesso em 14 de outubro de 2013.

<http://indiosdotocantins.blogspot.com.br/2011/09/o-povo-kraho-kanela-e-demais-povos.html>. Acesso em 22 de outubro de 2013.

http://www.unicef.org/brazil/pt/IDI_2004.pdf. Acesso em 23 de outubro de 2013.

<http://www.unicef.org/brazil/pt/SIB4.pdf>. Acesso em 23 de outubro de 2013.

<http://www.ssp.to.gov.br/analises> estatísticas. Acesso em 15 de outubro de 2013.

<http://www.inep.gov.br>. Acesso em 24 de outubro de 2013.

<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 24 de outubro de 2013.

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>. Acesso 17 a 23 de outubro de 2013.

<http://www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em 24 de outubro de 2013.

<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>

Realização:



CEDECA GLÓRIA DE IVONE
Centro de Defesa dos Direitos da Criança
e do Adolescente - Tocantins